

Renegociação pode ser adiada para final do ano

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Sob o argumento de que agora o tempo está contando a favor do Brasil, o diretor da área externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, afirmou, ontem, que o País não tem necessidade de apressar o início efetivo da próxima etapa de renegociação da dívida e pode esperar até novembro, quando terá melhores indicadores internos para apresentar aos banqueiros e ainda poderá avaliar o desfecho das negociações de outros países.

A renegociação do débito mexicano e de outros grandes devedores contribuirá para o Brasil definir as bases da rolagem de sua dívida a vencer a partir de 1985. Nas conversas com os banqueiros, como no almoço de ontem com o **chairman** do União de Bancos Suíços, Robert Holzack, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, procuraram ressaltar que, ao contrário dos últimos dois anos, o Brasil dispõe de excelente posição de caixa para acertar o melhor momento de negociar com os credores.

Os ventos favoráveis já levaram o Banco Central a projetar o adiamento do início da renegociação de agosto ou setembro para novembro. Até lá, o Brasil pretende sentir, na assembléia anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, ao final de setembro, em Washington, as mudanças favoráveis no clima político das relações entre credores e devedores, avaliar a extensão do esperado avanço do México e dispor de uma situação econômica interna bem melhor, principalmente na área externa e na tendência de queda da inflação.

Somente depois de analisar o quadro político é que o Brasil anunciará o hiato de recursos projetado nos balanços de pagamentos de 1985 e nos subsequentes para definir a necessidade de dinheiro novo, a ser tomado mediante um novo "empréstimo-jumbo" ou — mais remotamente — compensado com a capitalização parcial dos juros.

Segundo Madeira Serrano, na mesa de negociações, a partir do mínimo necessário para o ajuste das contas externas, o Brasil examinará a conveniência de pedir um "jumbo" menor ou manter o nível de US\$ 6,5 bilhões contratado este ano. Na segunda hipótese, o País elevará ainda mais o nível de reservas cambiais brutas, já estimado em US\$ 11 bilhões para o final deste ano — dentro do conceito tradicional do balanço de pagamentos — e dará ao próximo governo opção importante para acelerar a retomada da atividade econômica.



Segundo Serrano, agora o tempo está a favor do Brasil

Arquivo